

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES/ES
Concurso Público - Edital nº 001/2023

Cargo: **PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL**

Caro(a) Candidato(a): **Antes de iniciar a prova leia atentamente as instruções a seguir:**

1. Este caderno contém 35 (trinta e cinco) questões objetivas com 04 (quatro) opções (A, B, C, D) e o rascunho da prova discursiva. A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas. A prova terá seu horário de início em sala, a contar após a distribuição dos cadernos de prova e autorização do aplicador(a).
2. Confira em seu caderno de provas a sequência de questões. Você tem até 10 (dez) minutos do início das provas para solicitar a troca do caderno de provas que apresentar algum problema de impressão ou qualquer outro que inviabilize a realização da mesma, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. **Atenção:** A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova. Portanto, ao aplicador(a) de sala e fiscais não há autorização para fornecer esclarecimentos sobre o conteúdo das provas/questões, sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a). Qualquer questionamento referente às questões das provas deverá ser feito no período previsto para interposição de recursos.
4. Você receberá do aplicador o cartão de respostas 30 (trinta) minutos após o início da prova, o cartão de respostas deverá obrigatoriamente ser assinado pelo(a) candidato(a) no local em que há a indicação: "**ASSINATURA**", utilizando sempre caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. O caderno **de prova discursiva**, que será entregue após o início da prova, não poderá ser assinado, rubricado nem conter, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da prova.
6. **ATENÇÃO:** Somente será considerado para efeito de correção da prova discursiva o texto constante no espaço destinado para esse fim. Logo, não serão considerados em nenhuma hipótese os textos constantes nas folhas de rascunho.
7. Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco nas folhas do caderno de prova. Sugerimos que você assinale, inicialmente, no próprio caderno de provas, todas as respostas que julgar correta. Depois, passe-as para o cartão de respostas.
8. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão **ANULADAS**. Portanto, ao preencher o cartão de respostas faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do(a) candidato(a).
9. Ao terminar a prova ou findo o horário limite para sua realização, o candidato deverá **OBRIGATORIAMENTE** entregar seu cartão de respostas "**ASSINADO**", ao aplicador(a) de sala. O(a) candidato(a) que não devolver seu cartão de respostas será automaticamente **eliminado(a)** e não terá classificação alguma no concurso público.
10. **Atenção!** Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.
11. Somente será permitido levar o caderno de questões (prova), depois de decorrido o período de **120 (cento e vinte) minutos do início das provas.**
12. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos, assim como os demais procedimentos constantes no subitem 10.8 e no subitem 10.11 do Edital nº 001/2023.
13. Após o término da prova, o(a) candidato(a) deverá deixar imediatamente o recinto da mesma, sendo **terminantemente proibido** fazer contato com os(as) candidatos(as) que ainda não terminaram a prova sob pena de ser excluído do Concurso Público.
14. O desrespeito às normas que regem o presente concurso, bem como, a desobediência às exigências registradas no edital, além de sanções legais cabíveis implica na desclassificação do candidato.
15. Os dois últimos candidatos ao terminarem as provas deverão retirar-se da sala simultaneamente, após testemunharem o fechamento (lacre) do envelope de provas, assinando a Ata Relatório.
16. O candidato, após a divulgação dos gabaritos preliminares da prova objetiva, que será feita na página do concurso público, acessível através do site www.qualimp.com.br, na data prevista no QUADRO I – CRONOGRAMA GERAL DE DATAS E EVENTOS constante no Edital nº 001/2023, poderá peticionar **RECURSO** à banca examinadora, quando julgar que ocorreu erro na formulação das questões e divulgação do gabarito preliminar.

BOA PROVA!!!

CADERNO DE PROVAS

ATENÇÃO!!!

- O CARTÃO DE RESPOSTAS ABAIXO É PARA SER UTILIZADO SOMENTE COMO **RASCUNHO**.
- AO RECEBER O CARTÃO DE RESPOSTAS **DEFINITIVO** CONFIRA OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (NOME, CARGO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO) E EM SEGUIDA ASSINE NO LOCAL INDICADO.

CARTÃO RESPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES/ES
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023
Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e S.A.E

Nome: _____ Local: _____
Cargo: _____ Data: 14/01/2024 Turno: _____
Sala: _____ Nº de inscrição: _____

- * Marcar apenas uma opção para cada questão, evitando ultrapassar o círculo;
 - * O círculo correspondente à questão escolhida deve ser totalmente preenchido;
 - * Marcar apenas a quantidade de questões existentes na sua prova;
 - * Utilize somente caneta azul ou preta, não rasurar ou sujar o cartão;
- É responsabilidade do candidato a conferência dos dados de seu cartão** (A) (B) (C) (D)

TIPO DE PROVA
PADRÃO

01	(A)	(B)	(C)	(D)	21	(A)	(B)	(C)	(D)
02	(A)	(B)	(C)	(D)	22	(A)	(B)	(C)	(D)
03	(A)	(B)	(C)	(D)	23	(A)	(B)	(C)	(D)
04	(A)	(B)	(C)	(D)	24	(A)	(B)	(C)	(D)
05	(A)	(B)	(C)	(D)	25	(A)	(B)	(C)	(D)
06	(A)	(B)	(C)	(D)	26	(A)	(B)	(C)	(D)
07	(A)	(B)	(C)	(D)	27	(A)	(B)	(C)	(D)
08	(A)	(B)	(C)	(D)	28	(A)	(B)	(C)	(D)
09	(A)	(B)	(C)	(D)	29	(A)	(B)	(C)	(D)
10	(A)	(B)	(C)	(D)	30	(A)	(B)	(C)	(D)
11	(A)	(B)	(C)	(D)	31	(A)	(B)	(C)	(D)
12	(A)	(B)	(C)	(D)	32	(A)	(B)	(C)	(D)
13	(A)	(B)	(C)	(D)	33	(A)	(B)	(C)	(D)
14	(A)	(B)	(C)	(D)	34	(A)	(B)	(C)	(D)
15	(A)	(B)	(C)	(D)	35	(A)	(B)	(C)	(D)
16	(A)	(B)	(C)	(D)	36	(A)	(B)	(C)	(D)
17	(A)	(B)	(C)	(D)	37	(A)	(B)	(C)	(D)
18	(A)	(B)	(C)	(D)	38	(A)	(B)	(C)	(D)
19	(A)	(B)	(C)	(D)	39	(A)	(B)	(C)	(D)
20	(A)	(B)	(C)	(D)	40	(A)	(B)	(C)	(D)

Assinatura do Candidato _____

Nº DE INSCRIÇÃO _____

OBS.: O candidato deverá OBRIGATORIAMENTE, entregar seu cartão de repostas definitivo preenchido e ASSINADO, sob pena de ter seu cartão de respostas ANULADO. (item 10.19 do Edital nº 001/2023)

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção! Leia atentamente o texto abaixo e responda às questões de 01 a 05

Quem cuida das cuidadoras?

Os desafios da invisibilização dos trabalhos das mulheres

Ao comentar o tema da redação do ENEM, especialistas apontam a falta de reconhecimento do trabalho das mulheres fora do ambiente profissional

O tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2023 não só levantou reflexões em quem fez a prova no último domingo (5/11), mas também diversos setores da sociedade brasileira. A proposta era falar sobre os "desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil".

Segundo um relatório de 2020 da ONG Oxfam, intitulado "Tempo de cuidar", enfermeiras, faxineiras, trabalhadoras domésticas e cuidadoras são em geral mal pagas, têm poucos benefícios e trabalham em horários irregulares, além de sofrerem problemas físicos e emocionais.

Três quartos de todo o trabalho de cuidado não remunerado do mundo é feito por mulheres, ainda de acordo com o levantamento, sendo que 42% não conseguem um emprego porque são responsáveis por todo o trabalho de cuidado, enquanto para os homens essa proporção é de apenas 6%.

TRABALHO INVISÍVEL

Para Lina Nakata, estudiosa da pesquisa FIA Employee Experience (FEEx), a escolha do tema neste momento é muito importante. "Vivemos em mundo com inequidade de gênero. As mulheres convivem com uma sobrecarga maior de trabalho, seja remunerado ou não-remunerado. Na América Latina, um terço de todo o trabalho feminino é remunerado, dois terços não são. Para os homens, essa proporção é oposta. Dessa forma, entendemos que não apenas o trabalho da mulher está invisível, mas também sem nenhum reconhecimento", afirma.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial, levaria mais de 130 anos para equiparação de gênero no Brasil, o que traz prejuízos para o crescimento econômico do país.

"Um dos motivos para esse gap é que o trabalho doméstico e o cuidado de pessoas da família ficam essencialmente para as mulheres e não é remunerado, tornando-o invisível em uma sociedade capitalista", explica Dani Junco, CEO da B2Mamy, comunidade que conecta mães e mulheres ao ecossistema tornando-as líderes por meio de educação, empregabilidade e pertencimento.

Além de terem seus papéis de cuidadoras invisibilizados, muitas mulheres enfrentam dupla jornada, equilibrando vida profissional e maternidade. Trata-se de um grande desafio, enraizado histórica e culturalmente na ideia de que o trabalho doméstico é dever da mulher. "Não só temos visto esses papéis sendo estabelecidos dessa forma pela sociedade como ainda vemos tudo isso reforçado por estereótipos", diz Lina.

"Esse papel da mulher é múltiplo e gigantesco quando falamos de cuidado. É muito clara, por exemplo, a diferença entre o papel de uma mãe e o de um pai, na maior parte das vezes. Nove em 10 vezes, quando os pais estão mais velhos e precisam de ajuda, é a mulher, representada pela filha, que vai dar esse suporte, também gerando essa inequidade", afirma a pesquisadora.

Para Dani, o machismo estrutural faz com que essa dupla jornada sobrecarregue a mulher e prejudique o crescimento na carreira e, muitas vezes, a geração de renda. "Temos mais de 20 milhões de mães solo no país, onde os pais não assumem a sua paternidade. De acordo com o IBGE, em mais de 80% das casas só as mulheres têm a tarefa de cuidar das crianças e da casa."

[...] (Fonte: <https://fastcompanybrasil.com/news/quem-cuida-das-cuidadoras-os-desafios-da-invisibilizacao-dos-trabalhos-das-mulheres/>)

01. Assinale a alternativa que NÃO se relaciona com a temática do texto:

- (A) Não apenas o trabalho da mulher está invisível, mas também sem nenhum tipo de reconhecimento.
- (B) Muitas mulheres enfrentam uma jornada dupla de trabalho, equilibrando a vida profissional e a maternidade.
- (C) O cuidado é essencial para a humanidade, pois todos precisamos dele para existir e envolve dedicação.
- (D) O cuidado de pessoas da família fica essencialmente para as mulheres e não é remunerado.

02. Identifique um trecho do texto que responda à pergunta do título "Quem cuida das cuidadoras?"

- (A) "Além de terem seus papéis de cuidadoras invisibilizados, muitas mulheres enfrentam dupla jornada, equilibrando vida profissional e maternidade."
- (B) "De acordo com o Fórum Econômico Mundial, levaria mais de 130 anos para equiparação de gênero no Brasil, o que traz prejuízos para o crescimento econômico do país."
- (C) "Nove em 10 vezes, quando os pais estão mais velhos e precisam de ajuda, é a mulher, representada pela filha, que vai dar esse suporte, também gerando essa inequidade."
- (D) "O tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2023 não só levantou reflexões em quem fez a prova no último domingo (5/11), mas também diversos setores da sociedade brasileira."

03. Em "É muito clara, por exemplo, a diferença entre o papel de uma mãe e o de um pai, na maior parte das vezes.", a palavra sublinhada tem a função sintática de:

- (A) Sujeito.
- (B) Adjunto adnominal.
- (C) Objeto direto.
- (D) Predicado.

04. No trecho "Temos mais de 20 milhões de mães solo no país, onde os pais não assumem a sua paternidade.", a palavra "onde" pode ser classificada morfologicamente como:

- (A) Advérbio interrogativo.
- (B) Pronome relativo.
- (C) Conjunção integrante.
- (D) Preposição.

05. Dentre as estratégias utilizadas para estruturar o texto, podemos dizer que NÃO se aplica:

- (A) O uso de dados numéricos para comprovar o argumento.
- (B) O uso de falas de especialistas para dar mais credibilidade.
- (C) O uso de linguagem subjetiva para apresentar um ponto de vista.
- (D) O uso de uma linguagem clara e acessível para a compreensão do leitor.

QUESTÕES DE NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA**06.** Qual atalho deve ser utilizado no MS-Word 2016, em sua configuração padrão PT-BR, para formatar a fonte do documento?

- (A) Ctrl + = (igual).
- (B) Ctrl + D.
- (C) Ctrl + O.
- (D) Ctrl + W.

07. O MS-Word 2016 possui uma ferramenta chamada Mala Direta, utilizada para a criação de uma carta-modelo a ser impressa ou enviada várias vezes por e-mail, remetendo cada cópia a um destinatário diferente. Sendo assim, são tipos de documentos de mala direta que o MS-Word 2016 disponibiliza:

- I. Cartas;
- II. SMS;
- III. Mensagens de E-mail;
- IV. Envelopes;
- V. Etiquetas;
- VI. Diretório.

Estão corretas:

- (A) I, III, IV, V e VI, apenas.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV, V e VI.
- (D) I, III e VI, apenas.

08. Qual função é utilizada para arredondar um número para baixo em uma planilha do Excel 2016 (em sua versão em português e configuração padrão)?

- (A) =ARRED.MENOS(núm; núm_dígitos)
- (B) =ARREDONDAR.PARA.BAIXO(núm; núm_dígitos)
- (C) =ARRED.BAIXO(núm; núm_dígitos)
- (D) =ARREDMENOS(núm; núm_dígitos)

09. Levando em consideração os conceitos de Segurança da Informação, marque a alternativa que apresenta a definição de um ataque de *phishing*:

- (A) Um ataque realizado por vírus que destrói o hardware do computador.
- (B) Um ataque que tem o objetivo de obter informações da vítima através de solicitações falsas, se passando por empresas confiáveis.
- (C) Um ataque focado na rede sem fio.
- (D) Um ataque usado apenas para roubar senha de cartão de crédito.

10. Marcos está apresentando um trabalho no Power Point com 44 *slides*. Ele está no slide 32 e precisa mostrar uma informação presente no slide 7. Utilizando as teclas de atalho do teclado, como ele deve proceder para chegar rapidamente ao slide 7?

- (A) Pressionar a tecla "Shift" + "7".
- (B) Pressionar a tecla "Alt" + "Shift" + "7".
- (C) Pressionar a tecla "7" + "Enter".
- (D) Pressionar a tecla "Ctrl" + "7".

EM BRANCO

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Zenão, servidor municipal de Oikópolis, é eficiente no exercício de sua função pública, sendo diligente e metódico. No entanto, ele não era muito sociável. Seus colegas de setor descobriram que Zenão elaborou uma programação em uma planilha virtual que reduziria em 80% o tempo despendido para uma tarefa mensal. Quando questionado, Zenão afirmou que havia pensado na solução durante uma sequência de treinamentos fornecidos pela Prefeitura e que todos os presentes poderiam ter feito a mesma descoberta se tivessem prestado atenção. Desta forma, recusou-se a disseminar o conhecimento em seu ambiente de trabalho.

O Jurídico foi questionado quanto ao fato, e você, na qualidade de Procuradora ou Procurador jurídico municipal, tendo em vista exclusivamente o Decreto nº 1764-N, de 30 de agosto de 2022, afirma que a resposta correta ao caso é:

- (A) O servidor está correto, pois o Decreto supracitado estabelece a proteção ao exercício profissional que, extensivamente, deve ser interpretado no sentido da proteção dos produtos intelectuais que o diferenciam enquanto exercente da função pública.
- (B) Zenão está incorreto em sua atitude, pois o Código de Ética do Agente Público Municipal estabelece que o servidor tem o dever de compartilhar, no local de trabalho, as informações e conhecimentos adquiridos durante treinamentos ou experiência profissional que possam melhorar a eficácia das tarefas desempenhadas pelos seus colegas no setor público.
- (C) O Agente Público Municipal está correto, pois o Decreto estabelece a liberdade do servidor no compartilhamento de competências adquiridas e, além disso, o fato de todos terem recebido o mesmo treinamento torna equânime a obtenção da mesma solução.
- (D) Zenão está incorreto em sua decisão a partir do momento em que se nega veementemente em compartilhar a solução encontrada por ele, mesmo que não haja um dever específico que o condicione a partilhar qualquer informação e conhecimento que melhore a eficiência de outros servidores em qualquer situação.

12. Não há como dissociar a ideia de orçamento da boa construção e execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que consta no texto constitucional. Tendo em vista do primado da publicidade dos atos de Estado, prevê o texto constitucional que o Poder Executivo publicará, relatório resumido da execução orçamentária:

- (A) até trinta dias após o encerramento de cada trimestre.
- (B) até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada bimestre.
- (C) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- (D) até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada trimestre.

13. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) afirma que, dentre outros, os projetos de lei relativos ao orçamento anual serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Sobre esse tema, também afirma o texto magno que são possíveis emendas ao projeto de lei do orçamento anual dadas algumas hipóteses, dentre elas quando indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de:

- (A) Anulação de despesa.
- (B) Incremento de receita única.
- (C) Dotações indiretas.
- (D) Emendas coletivas superiores a 1,5%.

14. O Decreto nº 1764-N, de 30 de agosto de 2022, do município de Alfredo Chaves/ES, define a função da Comissão de Ética e Conduta como “orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público [...]”. A existência e estrutura da mesma são de extrema importância para garantir a obediência ao interesse público, e, por isso, cabe à Procuradoria Jurídica Municipal ter ciência de seus detalhes.

Assim, com referência ao Decreto acima citado, verifique nas alternativas abaixo qual delas apresenta uma informação INCORRETA acerca da Comissão de Ética e Conduta:

- (A) O mandato dos três membros titulares e três suplentes é de dois anos.
- (B) Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética, para a apuração de fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética, em conformidade com este Código, terão o rito sumário.
- (C) A aplicação de penalidade deverá ser registrada no prontuário do servidor.
- (D) Em obediência ao princípio da legalidade, a Comissão de Ética poderá se eximir de fundamentar o julgamento da falta de ética do servidor público alegando a falta de previsão no Código de Ética do Agente Público Municipal.

15. A Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves/ES aborda e especifica diversos direitos dos servidores públicos municipais, incluindo regras para remuneração do servidor noturno e do exercente de cargo eletivo, bem como sobre plano e programa único de previdência e assistência social, entre outros. Além disso, o texto da Lei Orgânica assegura ao servidor público, além de outras vantagens legalmente estabelecidas, a percepção do adicional por tempo de serviço e por:

- (A) Anterioridade.
- (B) Mérito.
- (C) Assiduidade.
- (D) Redução.

16. Ao Procurador Jurídico Municipal cabe compreender o sistema tributário do ente federativo ao qual está vinculado e, para isso, deve ser analisado o regramento da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves/ES.

Especificamente quanto ao imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, diversos detalhes são previstos na legislação acima, sendo que um deles afirma que o mesmo:

- (A) Será obrigatoriamente progressivo.
- (B) Terá a progressividade condicionada a estudo de impacto social.
- (C) Não há previsão de progressividade quanto ao dito tributo.
- (D) Poderá ser progressivo.

17. O estágio probatório está metodologicamente vinculado ao mais recente princípio explícito da Administração pública, o princípio da eficiência. Para garantir transparência na avaliação, critérios objetivos são estabelecidos para verificar o bom desempenho do servidor público durante o período de estágio probatório.

Tendo como base o texto estrito do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alfredo Chaves/ES, é correto afirmar que os requisitos a serem apurados são:

- (A) Assiduidade, dedicação, produtividade, eficiência, honradez e disciplina.
- (B) Assiduidade, pontualidade, produtividade, eficiência, responsabilidade e disciplina.
- (C) Assiduidade, pontualidade, produtividade, dedicação, responsabilidade e disciplina.
- (D) Assiduidade, pontualidade, produtividade, eficiência, responsabilidade e honradez.

18. Um grupo de cidadãos do Município de Oikópolis se uniu para questionar uma série de atos administrativos realizados pelo Setor de Posturas da Prefeitura, estes contra protetores animais que alimentavam animais em situação de rua na municipalidade. Para tal, após diversos atos, organizaram-se coletivamente para o exercício do controle popular dos atos administrativos. Visivelmente assustado, o chefe do Setor de Posturas recorre à Procuradoria Jurídica Municipal para saber o limite das ações da população organizada. Você, como Procuradora ou Procurador Jurídico Municipal, tendo por referência exclusiva o texto da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves/ES, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que corresponda a uma informação correta quanto ao exercício do controle popular de atos administrativos:

- (A) É possível o controle por meio de recursos administrativos coletivos.
- (B) Não está expressa na Lei Orgânica Municipal nenhuma modalidade específica de exercício de controle popular.
- (C) O controle popular não alcança a fiscalização da execução orçamentária.
- (D) A Lei Orgânica Municipal prevê que o exercício do controle popular é condicionado a hipóteses de previsão legal e, fora isso, não é exercível.

19. A posse é um ato formal e solene, pelo qual o servidor público nomeado aceita expressamente as atribuições, deveres e responsabilidades associadas ao cargo, comprometendo-se a desempenhá-lo de maneira eficiente. No cumprimento dos princípios explícitos da Administração pública, o Procurador Jurídico municipal Deve estar ciente dos elementos estabelecidos na Lei Municipal 672/90, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alfredo Chaves, relacionados ao tema. De acordo com a legislação em questão, é expressamente estipulado que o Presidente da Câmara é competente para dar posse ao Diretor e aos demais servidores. Da mesma forma, a competência para dar posse ao Chefe de Gabinete, dentre outros, é atribuída ao Prefeito.

Por fim, a competência para dar posse nos demais casos, de acordo com o texto específico do Estatuto acima mencionado, é:

- (A) Exclusivamente do Prefeito.
- (B) Secretário de Administração.
- (C) Membro da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.
- (D) Secretário de Fazenda.

20. No âmbito do Código Civil Brasileiro, pessoas jurídicas representam entidades de natureza artificial, as quais ostentam uma personalidade jurídica independente de seus integrantes e são oficialmente reconhecidas para a execução de atividades de cunho econômico, social e cultural. Desta forma, tendo por fundamento o Código Civil Brasileiro, verifique nas alternativas abaixo a que trouxer informações incorretas sobre pessoas jurídicas:

- (A) Administrador interino é o termo utilizado pelo Código Civil para o nomeado pelo juiz, a requerimento de qualquer interessado, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar.
- (B) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (C) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- (D) Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.

21. Um professor recém-empossado buscou a Procuradoria Jurídica Municipal para esclarecer uma dúvida. Durante o período de férias escolares, quando tomou posse, o início de seu exercício foi estabelecido para uma data coincidente com o início das atividades docentes na maioria das unidades escolares do município. No entanto, a unidade escolar na qual ele é obrigatoriamente localizado teria o início das atividades programado para duas semanas posteriores ao prazo comum citado, o que deixou o servidor incerto sobre como proceder.

De acordo estritamente com o texto do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alfredo Chaves/ES, qual seria a resposta correta a ser fornecida ao servidor?

- (A) Não há previsão normativa específica no Estatuto para esta situação e, portanto, a decisão dependerá da chefia da Secretaria de Educação ou da Administração Municipal.
- (B) O professor deverá iniciar o exercício no período comum às unidades escolares, sob pena de ser considerado um ato de improbidade administrativa, o que pode afetar seu período probatório.
- (C) O professor deverá iniciar o exercício em outra unidade escolar, pois, apesar do momento diverso, a diferenciação causaria uma quebra de isonomia, imputando em responsabilização dos gestores escolares de referência.
- (D) O professor não precisa se preocupar, pois, quando se tratar de posse em cargo de professor, verificada em época de férias escolares, o exercício terá início na data fixada para o começo das atividades docentes do estabelecimento de ensino no qual for obrigatoriamente localizado o servidor.

22. Athadolphus era conhecido por diversas articulações que fazia para manter seus negócios. Mas, ao fim de tudo, ele se encontrava em uma situação de quase insolvência, mesmo que ignorasse tal fato. Em um momento, já no limite de sua saúde financeira, Athadolphus foi reduzido ao estado de insolvência ao perdoar uma dívida.

Nesta situação, considerando o regramento do Código Civil, quais das alternativas abaixo traz a previsão correta para tal situação?

- (A) A figura usada é legítima e, por isso, não há nenhuma atitude legal a ser realizada.
- (B) O ato de praticado por Athadolphus poderá ser anulado por credor quirografário, alegando-se fraude contra credores.
- (C) Tendo em vista o desconhecimento de sua saúde financeira, não caberá qualquer ação contra Athadolphus que incida na remissão realizada.
- (D) O credor poderá requerer tutela judicial, pleiteando a prisão civil por dívida de Athadolphus.

23. Durante uma das conversas periódicas com o Chefe do Poder Executivo de Oikópolis, o mesmo expressou grande preocupação com o controle da despesa total com pessoal, sobretudo com relação ao regramento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, ele ressaltou as hipóteses de nulidade de alguns atos, considerando estar no último ano do seu mandato, já não cabendo reeleição. Quanto a esse momento em específico você, enquanto membro da Procuradoria Jurídica Municipal, comunica ao Prefeito que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos:

- (A) 45 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder.
- (B) 60 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder.
- (C) 90 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder.
- (D) 180 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder.

24. Considerando exclusivamente o Código de Processo Civil e o regramento para os sujeitos do Processo, no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada:

- (A) as despesas não podem relacionar custos de oitiva.
- (B) Há de se falar em suplementação creditícia.
- (C) não serão devidos honorários.
- (D) As despesas não podem incluir custos de diligências externas.

25. Considere a seguinte situação: Em um leilão, o auto foi assinado pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro. Após isso, foram julgados procedentes os embargos do executado. Tendo por referência exclusiva o Código de Processo Civil, pode-se afirmar que a arrematação, no caso anteriormente descrito, será considerada:

- (A) Perfeita, acabada e irretroatável.
- (B) Perfeita, acabada e condicionada.
- (C) Condicionada, revogável e irretroatável.
- (D) Anulável, acabada e irretroatável.

26 Tendo por referência o Código Civil Brasileiro um edifício, sito no município, que for destinado a serviço de autarquia federal, é considerado bem:

- (A) De uso comum não retributivo.
- (B) De uso especial.
- (C) Dominical de direito real da municipalidade.
- (D) De uso exclusivo.

27. Dentre as diversas situações que foram alteradas pela dita "reforma trabalhista", com relação ao Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, figura o trabalho em regime de tempo parcial. Prevê a legislação em referência que nele se enquadra, inicialmente, o trabalho cuja duração não exceda a trinta horas semanais ou ainda, em segundo lugar, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais. Em ambas as situações, existem alguns detalhes relacionados a horas suplementares, estes que aparecem, respectivamente e de forma correta, na alternativa:

- (A) Na primeira situação, com a possibilidade de duas horas suplementares semanais. Na segunda situação, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- (B) Na primeira situação, sem a possibilidade de horas suplementares semanais. Na segunda situação, com a possibilidade de acréscimo de até oito horas suplementares semanais.
- (C) Na primeira situação, sem a possibilidade de horas suplementares semanais. Na segunda situação, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- (D) Na primeira situação, com a possibilidade de duas horas suplementares semanais. Na segunda situação, com a possibilidade de acréscimo de até oito horas suplementares semanais.

EM BRANCO

28. Na constituição do crédito tributário o lançamento por homologação, conforme afirma o CTN (Lei 5.172/66) "que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa". Assim, caso a legislação não defina prazo para a homologação, a mesma será de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador. Caso o prazo expire sem manifestação da Fazenda Pública, afirma a legislação que o lançamento será considerado homologado e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada uma das hipóteses abaixo, EXCETO:

- (A) Fraude.
- (B) Simulação.
- (C) Dolo.
- (D) Logro.

29. Considerando as nulidades dentro do Direito Processual do Trabalho, tendo por referência a CLT, verifique nas alternativas abaixo qual uma informação incorreta:

- (A) Não será pronunciada a nulidade se a mesma for arguida por quem lhe tiver dado causa.
- (B) Nulidade fundada em incompetência de foro não poderá ser declarada *ex officio*, pois não serão considerados nulos os atos decisórios.
- (C) A nulidade do ato não prejudicará senão os ulteriores que dele dependam ou sejam consequência.
- (D) Caso um Tribunal pronuncie a nulidade, este deverá declarar os atos a que ela se estende.

30. A Administração Pública Municipal de Oikópolis retomou um serviço durante o prazo da concessão, tendo em vista a concessionária não estar suprindo a contento o interesse público. De acordo com a Lei 8.987/1995, qual das alternativas abaixo demonstra corretamente o nome do instituto realizado, bem como alguns detalhes?

- (A) Ocorreu-se a encampação, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- (B) É o instituto da reversão, que necessita de autorização legislativa e judicial *lato sensu*, após pagamento da indenização.
- (C) Verifica-se o instituto da caducidade, que necessita de decisão judicial sobre o tema e após pagamento da indenização ulterior.
- (D) Nota-se o instituto da anulação, que ocorrerá mediante novo processo administrativo e não há previsão de indenização de qualquer natureza.

31. Considerando a anulação, revogação e convalidação de atos administrativos, afirma a Lei 9.784/99 que decai em cinco anos o direito da Administração de anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários. Todavia, caso tais atos envolvam efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da:

- (A) Ocorrência do fato que deu origem ao ato administrativo.
- (B) Publicação do ato administrativo.
- (C) Data da ciência do ato administrativo pelo destinatário.
- (D) Percepção do primeiro pagamento.

32. Quanto aos elementos ou requisitos dos atos administrativos, a competência é influenciada diretamente pelo fato do agente público ser impedido de atuar ou não. Tendo por referência a Lei nº 9.784/99, caso uma autoridade pública tenha interesse indireto na matéria de processo administrativo e, neste caso, o agente se omita em comunicar o fato à autoridade competente, não abstendo-se de atuar, para efeitos disciplinares, conforme a legislação acima, constitui falta:

- (A) Leve. (B) Média. (C) Grave. (D) Gravíssima.

33. Na classificação das Constituições, há uma que leva em consideração a distinção entre a Constituição em forma e a dinâmica efetiva do poder em um país, tendo a Constituição escrita como a representação legal e formal do governo, enquanto a Constituição real é definida pelos elementos reais que exercem influência e determinam o poder na sociedade. A descrição anterior pode ser concebida como a concepção:

- (A) Sociológica.
(B) Política.
(C) Jurídica.
(D) Normativa.

34. Há conversas sendo realizadas no sentido de Oikópolis ser inserida uma chamada aglomeração urbana, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum envolvendo municípios vizinhos. Para tal, tendo por referência o texto constitucional, qual espécie normativa é necessária para a instituição da aglomeração urbana?

- (A) Lei complementar estadual.
(B) Emenda à lei orgânica municipal.
(C) Lei ordinária municipal.
(D) Emenda à Constituição estadual.

35. Uma Prefeita recém-empossada, para garantir o bom andamento do exercício de sua função, buscou a Procuradoria Jurídica Municipal e tirou algumas dúvidas que prontamente foram respondidas pelos servidores. Tendo por fundamento estrito o texto da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves/ES, verifique nas alternativas abaixo aquela que traga uma informação INCORRETA acerca das atribuições do Chefe do Poder Executivo Municipal:

- (A) A permissão de uso de bens municipais, por terceiros, é condicionada a parecer dos órgãos técnicos.
(B) Publicação de decretos, contratos administrativos, convênios e os demais atos oficiais podem ser realizados, dentre outros, em Diário Oficial dos Municípios.
(C) Quando for solicitada alguma informação pela Câmara de Vereadores, deverá prestá-la em 30 dias.
(D) Não poderá a Prefeita solicitar, na forma da legislação específica, representação sobre a inconstitucionalidade de Lei Municipal, deixando de executá-la até decisão definitiva.

EM BRANCO

QUESTÃO DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO:

Oikópolis sempre foi conhecida como uma cidade serrana de clima ameno, com vocação para a pecuária leiteira e um ótimo lugar para visitar. Na verdade, essas qualidades sempre foram parte dos slogans e propagandas da Administração pública para atrair turistas até a cidade. No entanto, nos últimos tempos, os cidadãos começaram a notar o aumento da temperatura média da cidade em períodos nos quais tradicionalmente não era esperado que fosse tão quente. Além disso, alguns invernos passaram a ser demasiadamente rigorosos, o que tem prejudicado a produção de leite, uma vez que a pastagem disponível para o gado tornou-se irregular e insuficiente.

Com a consolidação do El Niño, impulsionado pelas mudanças climáticas, o ano de 2023 se tornou o mais quente de Oikópolis, com temperaturas até 10°C acima do que havia sido registrado anteriormente na cidade. Isso exaltou consideravelmente o ânimo dos moradores. Uma crise maior se instalou quando o chefe do Poder Executivo, resgatando um antigo projeto, decidiu cortar uma série de árvores não nativas que estavam em uma das entradas da cidade, com o objetivo de construir um pórtico. Essas árvores serviam como proteção para as casas daquela região e proporcionavam um controle térmico tangível para quem estivesse ali. A comoção diante da possibilidade de realizar esse corte foi tão grande que uma audiência pública foi convocada para discutir o tema, na qual ficou claro que a situação climática de Oikópolis deixava evidente a importância de atentar para as causas ambientais e que o corte dessas árvores, mesmo não sendo nativas, servirá como símbolo disso. Em meio a essa situação, o Prefeito recorreu à Procuradoria Jurídica Municipal, para corroborar o que foi trazido pela população.

Como Procurador(a) Jurídico(a) do Município de Oikópolis, elabore um **Parecer Jurídico** para o Prefeito, no qual devem constar os argumentos referentes à situação discutida na audiência pública mencionada, contextualizado com os fatos narrados.

O documento deve conter preâmbulo, ementa, relatório, fundamentação, conclusão, fecho e parte autenticada. Será avaliada a compreensão da proposta, bem como a seleção e organização dos argumentos, além da disposição adequada dos tópicos por meio de espaços livres.

ATENÇÃO: Os espaços que porventura não forem preenchidos nas folhas do caderno de prova discursiva definitivo deverão ser inutilizados pelo próprio candidato através de um traço diagonal nos referidos espaços.

Desenvolvimento em um máximo de 60 (sessenta) linhas

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	

10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	

41.	
42.	
43.	
44.	
45.	
46.	
47.	
48.	
49.	
50.	
51.	
52.	
53.	
54.	
55.	
56.	
57.	
58.	
59.	
60.	

EM BRANCO